

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2015



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

Concurso Público para provimento de cargos de Administrador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Investir em aprender pagará dividendos por toda a vida pessoal.

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

A morte e a morte do poeta

Ao ler o seu necrológio no jornal outro dia, o pianista Marcos Resende primeiro tratou de verificar que estava vivo, bem vivo. Em seguida gravou uma mensagem na sua secretária eletrônica: "Hoje é 27 e eu não morri. Não posso atender porque estou na outra linha dando a mesma explicação". Quando li esta nota, me lembrei de como tudo neste mundo caminha cada vez mais depressa. Em 1862, cheguei aqui a notícia da morte de Gonçalves Dias.

O poeta estava a bordo do Grand Condé havia cinquenta e cinco dias. O brigue chegou a Marselha com um morto a bordo. À falta de lazareto, o navio estava obrigado à caceteação da quarentena. Gonçalves Dias tinha ido se tratar na Europa e logo se concluiu que era ele o morto. A notícia chegou ao Instituto Histórico durante uma sessão presidida por d. Pedro II. Suspensa a sessão, começaram as homenagens ao que era tido e havido como o maior poeta do Brasil.

Suspeitar que podia ser mentira? Impossível. O imperador, em pleno Instituto Histórico, só podia ser verdade. Ofícios fúnebres solenes foram celebrados na Corte e na província. Vinte e cinco nênias saíram publicadas de estalo. Joaquim Serra, Juvenal Galeno e Bernardo Guimarães debulharam lágrimas de esguicho, quentes e sinceras. O grande poeta! O grande amigo! Que trágica perda! As comunicações se arrastavam a passo de cágado. Mal se começava a aliviar o luto fechado, dois meses depois chegou o desmentido: morreu, uma vírgula! Vivinho da silva.

A carta vinha escrita pela mão do próprio poeta: "É mentira! Não morri, nem morro, nem hei de morrer nunca mais!" Entre exclamações, citou Horácio: "Não morrerrei de todo." Todavia, morreu, claro. E morreu num naufrágio, vejam a coincidência. Em 1864, trancado na sua cabine do Ville de Boulogne, à vista da costa do Maranhão. Seu corpo não foi encontrado. Terá sido devorado pelos tubarões. Mas o poeta, este de fato não morreu.

[...]

(Adaptado de: RESENDE, Otto Lara. **Bom dia para nascer**. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p.107-8)

1. No texto, o autor contrapõe fundamentalmente
 - (A) as boas condições do porto de Marselha, em território francês, às péssimas condições do porto brasileiro localizado no Maranhão, perto do qual o navio *Ville de Boulogne* acabou por naufragar.
 - (B) a demora com que a notícia da suposta morte de Gonçalves Dias, no século XIX, pôde ser contestada pelo poeta à rapidez com que o pianista Marcos Resende, contemporâneo do cronista, pôde contestar a própria morte.
 - (C) a comoção com que foi recebida a notícia da suposta morte do poeta Gonçalves Dias à indiferença com que se recebeu a notícia da morte do pianista Marcos Resende, buscando-se esclarecê-la com um simples telefonema.
 - (D) a resistência do navio *Grand Condé*, onde Gonçalves Dias pôde permanecer em segurança por mais de cinquenta dias, à fragilidade do *Ville de Boulogne*, que levou pouco tempo para naufragar na costa do Maranhão.
 - (E) a banalização das notícias em seu próprio tempo, mesmo as mais trágicas, à solenidade com que eram dadas no século XIX, muitas vezes em sessões no Instituto Histórico, com a eventual presença do próprio Imperador.
2. De acordo com o texto, a falsa notícia da morte de Gonçalves Dias teria se originado de uma conjunção de acontecimentos que incluem:
 - (A) a morte de um passageiro no navio em que ele viajava, a impossibilidade dos passageiros do navio cumprirem o período de quarentena em terra e a motivação da viagem do poeta para a Europa.
 - (B) a inexistência de lazareto no *Grand Condé*, a motivação da viagem do poeta para a Europa e as falhas de comunicação entre o navio e o porto de Marselha.
 - (C) a impossibilidade dos passageiros do navio cumprirem o período de quarentena em terra, a presença do Imperador no Instituto Histórico e as homenagens feitas no Brasil ao grande poeta.
 - (D) a morte de um passageiro no navio em que ele viajava, a motivação da viagem do poeta para a Europa e as falhas de comunicação entre o navio e o porto de Marselha.
 - (E) a inexistência de lazareto no *Grand Condé*, a morte de um passageiro no navio e as homenagens feitas no Brasil ao grande poeta.
3. Considerando-se o contexto, o segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
 - (A) *Entre exclamações, citou* = Em meio aos brados, parodiou
 - (B) *Ofícios fúnebres* = Comunicações danosas
 - (C) *o seu necrológio no jornal* = a sua matéria fúnebre impressa
 - (D) *obrigado à caceteação* = compelido ao aborrecimento
 - (E) *aliviar o luto fechado* = compensar a grande tristeza



4. A frase do texto que permite transposição para a voz **passiva** é:
- (A) *Em seguida gravou uma mensagem na sua secretária eletrônica...*
 - (B) *Mas o poeta, este de fato não morreu.*
 - (C) *Em 1862, chegou aqui a notícia da morte de Gonçalves Dias.*
 - (D) *O poeta estava a bordo do Grand Condé...*
 - (E) *... de como tudo neste mundo caminha cada vez mais depressa.*
-
5. *Joaquim Serra, Juvenal Galeno e Bernardo Guimarães debulharam lágrimas de esguicho, quentes e sinceras.*
O verbo transitivo empregado com o mesmo tipo de complemento com que foi empregado o verbo grifado acima está em:
- (A) *É mentira!*
 - (B) *A notícia chegou ao Instituto Histórico durante uma sessão presidida por d. Pedro II.*
 - (C) *... que estava vivo, bem vivo.*
 - (D) *E morreu num naufrágio...*
 - (E) *Entre exclamações, citou Horácio...*
-
6. *À falta de lazareto, o navio estava obrigado à caceteação da quarentena.* (2ª parágrafo)
Mantendo-se o sentido e a coesão da frase, o segmento grifado acima pode ser corretamente substituído por:
- (A) De sorte que faltava o lazareto
 - (B) Embora faltasse o lazareto
 - (C) Uma vez que faltava o lazareto
 - (D) À medida que faltasse o lazareto
 - (E) Conquanto faltava o lazareto
-
7. *Suspensa a sessão, começaram as homenagens...*
O segmento grifado exerce na frase acima a mesma função sintática que o segmento também grifado em:
- (A) *As comunicações se arrastavam a passo de cágado.*
 - (B) *O brigue chegou a Marselha com um morto a bordo.*
 - (C) *Ao ler o seu necrológio no jornal outro dia...*
 - (D) *Terá sido devorado pelos tubarões.*
 - (E) *... dois meses depois chegou o desmentido...*
-
8. A frase cuja REDAÇÃO está inteiramente clara e correta é:
- (A) Para quem acredita em destino e que o dia da morte está marcado, nada nem ninguém pode alterá-la ou prolongá-la, e nenhum remédio poderia ser proscrito para salvar aquele que já está condenado.
 - (B) Não foi absolutamente efêmera há glória de Gonçalves Dias, mas ao contrário duradoura e imperecível, já que ainda hoje o autor da "Canção do exílio" é considerado um dos maiores poetas brasileiros de que conhecemos.
 - (C) Outra extraordinária coincidência na biografia de Gonçalves Dias é a composição de um poema chamado "O mar", em cujos versos aquele que viria a morrer num naufrágio alude ao "oceano terrível" e à própria morte.
 - (D) Senão tivesse morrido no naufrágio do *Ville de Boulogne*, é possível que Gonçalves Dias não sobreviveria muitos dias à seu desembarque, pois seu estado de saúde era de fato muito grave.
 - (E) Ser dado por morto e estar bem vivo, numa experiência das mais inquietantes que o ser humano pode vir a conhecer, cuja é talvez ainda mais terrificante quando se depara de repente com a notícia da própria morte.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto abaixo.

Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas, mas acabei me cansando de tê-los e perdê-los; há anos vivo sem nenhum desses abrigos, e também, como toda gente, sem chapéu. Tenho apanhado muita chuva, dado muita corrida, me plantado debaixo de muita marquise, mas resistido.

Ontem, porém, choveu demais, e eu precisava ir a três pontos diferentes do bairro. Pedi ao moço de recados, quando veio apanhar a crônica para o jornal, que me comprasse um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais, mas também não muito caro. Ele me comprou um de pouco mais de trezentos cruzeiros.

Depois de cumprir meus afazeres voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo. Senti então uma certa simpatia por ele; meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho, e eu mesmo fiquei curioso de saber qual a origem desse carinho.

Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças. Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.

O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas.

Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre, essa pequena barraca ambulante.

Já na minha infância era um objeto de ares antiquados, que parecia vindo de épocas remotas, e uma de suas características era ser muito usado em enterros. Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono. Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia, faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios; a estes, respeita. O freguês vulgar e ocasional, este o irrita, e ele se aproveita da primeira distração para sumir.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. Coisas antigas. In: **200 Crônicas escolhidas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p.217-9)

9. De acordo com o texto,

- (A) mesmo que possam ser condenáveis os abusos a que foi submetido o aspecto das sombrinhas, elas têm a grande vantagem de não serem esquecidas exatamente por conta da sua diversidade de cores e padrões.
- (B) se a todo momento se perde um guarda-chuva, a perda não precisa ser lamentada, já que guarda-chuvas podem sempre ser comprados por um preço relativamente acessível.
- (C) ainda que o guarda-chuva seja uma invenção bastante engenhosa, parece surpreendente que o homem não tenha conseguido até hoje inventar alguma coisa mais prática que pudesse substituí-lo na proteção contra a chuva.
- (D) a despeito da aversão que se possa ter em relação ao guarda-chuva, o seu conservadorismo chega a ser atraente sobretudo num mundo em que tudo acaba sofrendo constantes e vertiginosas transformações.
- (E) se é elogiável o fato do guarda-chuva ter permanecido praticamente o mesmo desde a sua invenção, a falta de variedade de seu aspecto é responsável pelas confusões que o levam a constantes trocas de dono.

10. Em diversos momentos o autor se vale do humor na composição do texto, como ocorre no segmento:

- I. *Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças.* (4º parágrafo)
- II. *Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda.* (5º parágrafo)
- III. *Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre...* (6º parágrafo)
- IV. *Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono.* (último parágrafo)

Atende ao enunciado o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) IV.

11. *Pensando bem, ele talvez derive do fato...*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em

- (A) *... um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais...*
- (B) *... nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.*
- (C) *Já na minha infância era um objeto de ares antiquados...*
- (D) *... faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios...*
- (E) *O freguês vulgar e ocasional, este o irrita...*



12. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi feita corretamente em:
- (A) *quando veio apanhar a crônica* = quando veio apanhar-lhe
 - (B) *Depois de cumprir meus afazeres* = Depois de cumprir-nos
 - (C) *Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas* = Já lhes tive
 - (D) *pendurei o guarda-chuva* = pendurei-no
 - (E) *Pedi ao moço de recados* = Pedi-lhe
-
13. ... *meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho...* (3º parágrafo)
- Sem que seja feita qualquer outra alteração, a frase acima permanecerá correta caso o verbo sublinhado seja substituído pelo que consta em:
- (A) deu lugar
 - (B) transformou-se
 - (C) foi vencido
 - (D) transigiu
 - (E) trocou-se
-
14. Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada no texto:
- I. Em frases como *choveu demais, e eu precisava...* (2º parágrafo) e *Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais...* (4º parágrafo), o emprego da vírgula está em desacordo com a norma culta.
 - II. Em *Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia...* (último parágrafo), a retirada da vírgula implica alteração do sentido da frase.
 - III. Em *O freguês vulgar e ocasional, este o irrita* (último parágrafo), a retirada do pronome *este* implica que simultaneamente se retire a vírgula, pois do contrário haverá prejuízo para a correção.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) III.
 - (E) I e II.
-
15. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na redação da seguinte frase:
- (A) Tantas mudanças sofreram nossa moeda ao longo do tempo que é difícil saber quanto representaria hoje os cerca de trezentos cruzeiros gastos pelo cronista na compra de um guarda-chuva.
 - (B) Dos mais atentos aos mais distraídos, talvez não se encontre quem não tenha esquecido ao menos um guarda-chuva na vida, para não falar daqueles que já não têm ideia de quantos guarda-chuvas teriam perdido.
 - (C) Muito mais do que nos anos em que Rubem Braga escrevia as suas crônicas tão saborosas, que coisas hoje não teria sofrido mudança significativa ao longo de um curto período de tempo?
 - (D) Escrever sobre coisas aparentemente insignificantes e corriqueiras denotam um extraordinário talento que as pessoas comuns quase nunca tem.
 - (E) Modelos mais avançados, coloridos e estampados como costumava ser a sombrinha no tempo de Rubem Braga, convive hoje com o tradicional guarda-chuva, preto e austero.
-

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Alberto, Bernardo e Carlos estão planejando ir a uma festa. Se Alberto for a festa, então Bernardo também irá. Se Bernardo não for a festa, então Carlos também não irá. De acordo com isso, é necessariamente correto afirmar que:
- (A) Se Carlos for a festa, então Bernardo também irá à festa.
 - (B) Se Alberto for a festa, então Carlos também irá à festa.
 - (C) Se Alberto não for a festa, então Bernardo também não irá à festa.
 - (D) Se Alberto não for a festa, então Bernardo irá à festa.
 - (E) Se Carlos for a festa, então Bernardo não irá à festa.
-



17. Se Daniela possui pelo menos três carros, então Elisa possui três carros. Se Elisa possui carro, então Fernanda possui cinco carros. Sabendo-se que Daniela possui cinco carros, foram feitas as seguintes afirmações:
- Elisa possui carro;
 - Fernanda possui carro;
 - Fernanda não possui carro.
- Das três afirmações feitas, são necessariamente corretas APENAS
- I.
 - II.
 - III.
 - I e II.
 - I e III.
-
18. Um número natural é primo se é diferente de 1 e possui exatamente dois divisores, que são o 1 e o próprio número. Afirma-se que “se n é um número natural primo menor do que 12, então $n^2 + 2$ é natural primo”.
- O total de contraexemplos possíveis para a implicação da afirmação é igual a
- 1.
 - 2.
 - 3.
 - 4.
 - 5.
-
19. João possui $\frac{3}{8}$ de participação no capital de uma empresa, e sua esposa Maria possui $\frac{1}{4}$. Em determinado momento, Maria vendeu para sua irmã $\frac{1}{6}$ da sua participação no capital da empresa e, em seguida, recebeu de João $\frac{2}{3}$ da participação dele no capital da empresa. Ao final dessas negociações, a participação de Maria no capital da empresa passou a ser um pouco
- maior do que 45%.
 - maior do que 48%.
 - maior do que 87%.
 - menor do que 42%.
 - menor do que 38%.
-
20. Analisando a carteira de vacinação de 112 crianças, um posto de saúde verificou que 74 receberam a vacina A, 48 receberam a vacina B, e 25 não foram vacinadas. Do total das 112 crianças, receberam as duas vacinas (A e B) apenas
- 32,75%.
 - 28,75%.
 - 31,25%.
 - 34,25%.
 - 29,75%.
-
21. Dentro de um envelope há um papel marcado com um número. Afirma-se sobre esse número que:
- o número é 1;
 - o número não é 2;
 - o número é 3;
 - o número não é 4.
- Sabendo que três das afirmações são verdadeiras e uma é falsa, é necessariamente correto concluir que
- I é verdadeira.
 - II é falsa.
 - II é verdadeira.
 - III é verdadeira.
 - IV é falsa.



22. Se mudarmos a posição dos parênteses da expressão $(-1)^4 \cdot 5 + 2 \cdot 3^3$ para $-1^4 \cdot (5 + 2) \cdot 3^3$ o resultado irá
- (A) diminuir em 130 unidades.
(B) diminuir em 248 unidades.
(C) diminuir em 378 unidades.
(D) aumentar em 130 unidades.
(E) permanecer inalterado.
-
23. Certa quantidade de ração é suficiente para alimentar 15 cachorros de um canil durante 8 dias. Considerando que o canil recebeu mais 5 cachorros, e que cada um consome a mesma média diária de ração consumida pelos 15 demais cachorros, então, o total de ração que havia no canil seria suficiente para alimentar os 20 cachorros por, no máximo,
- (A) 4 dias e meio.
(B) 5 dias.
(C) 6 dias e meio.
(D) 5 dias e meio.
(E) 6 dias.
-
24. Cláudio é vendedor e ganha R\$ 800,00 fixos por mês, mais 10% de comissão sobre suas vendas mensais. O patrão de Cláudio pediu que ele escolhesse uma dentre as seguintes propostas de aumento salarial:
- Proposta 1. aumento do valor fixo para R\$ 900,00 por mês, sem alterar a porcentagem de comissão por vendas;
Proposta 2. aumento de 1 ponto percentual na comissão sobre vendas, sem alterar o valor fixo mensal.
- Para decidir o que seria mais vantajoso, Cláudio fez as contas corretamente e optou pela proposta 2, ao que se pode concluir que suas expectativas médias mensais de vendas
- (A) estão entre R\$ 5.000,00 e R\$ 9.000,00.
(B) são maiores do que R\$ 9.000,00 e menores do que R\$ 10.000,00.
(C) são inferiores a R\$ 5.000,00.
(D) superam R\$ 10.000,00.
(E) são iguais a R\$ 5.000,00.
-
25. Alzira e Thaís têm, juntas, R\$ 1.230,00. Alzira gastou $\frac{2}{5}$ do dinheiro total das duas juntas e Thaís gastou $\frac{5}{9}$ do que sobrou. Comparando o dinheiro que sobrou ao final dos gastos com o dinheiro que elas tinham juntas antes dos gastos, houve uma redução de
- (A) R\$ 902,00.
(B) R\$ 492,00.
(C) R\$ 410,00.
(D) R\$ 328,00.
(E) R\$ 738,00.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

26. Considere:
- I. Receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro os prazos.
II. Não ser preso, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral.
III. Examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos.
IV. Ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.
- Nos termos da Lei Complementar nº 84/94, é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado o que consta APENAS em
- (A) II e IV.
(B) I e II.
(C) III e IV.
(D) II e III.
(E) I, III e IV.



27. Considere:

- I. Não é conceito extensível aos estrangeiros residentes no país.
- II. A comprovação da condição de necessitado far-se-á mediante apresentação da declaração de imposto de renda.
- III. A Defensoria Pública do Estado manterá permanente atividade de apuração do estado de carência dos necessitados.

Nos termos da Lei Complementar nº 164/10, sobre os necessitados é correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28. Considere:

- I. O mais antigo na carreira.
- II. O mais antigo na categoria.
- III. O mais idoso.
- IV. A melhor classificação no concurso.
- V. O maior tempo de serviço público.

No termos do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado de Roraima, caso haja empate na promoção por merecimento, dentro de cada categoria, os critérios de desempate devem ser examinados na seguinte ordem:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, I, IV, V e III.
- (C) V, I, II, IV e III.
- (D) III, I, II, IV e V.
- (E) IV, V, III, II e I.

29. Funcionário de sociedade de economia mista responsável pelo abastecimento de água realizava obras em canalização de determinada via pública, quando, por imperícia, gerou vazamento, que causou inundação e danos materiais a morador da área.

Nesse caso, o Estado

- (A) tem responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem a possibilidade de exercer direito de regresso em face do funcionário.
- (B) não possui responsabilidade objetiva, vez que a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.
- (C) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem prejuízo de exercer direito de regresso em face do funcionário.
- (D) não possui responsabilidade objetiva, pois ausente o dolo na conduta do funcionário.
- (E) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado na medida e proporção da culpabilidade do funcionário.

30. As competências na Administração pública podem ser atribuídas para órgãos públicos e para entidades administrativas, por meio do que doutrinariamente se denomina, respectivamente, desconcentração e descentralização. Considerando a natureza jurídica dos órgãos e entidades,

- (A) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de órgãos públicos, excluindo-se dessa categorização os consórcios públicos, em razão do princípio da especialidade.
- (B) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, possuindo personalidade jurídica própria e capacidade processual, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, mas não possuem capacidade processual.
- (C) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, não possuindo personalidade jurídica própria, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, distinta das pessoas que lhes deram vida.
- (D) por serem os órgãos despersonalizados, ao contrário das entidades, não mantêm relações institucionais entre si, tampouco com terceiros, em razão do princípio da capacidade específica.
- (E) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de entidades, excluindo-se dessa categorização as fundações públicas, que são espécies de órgãos, com capacidade de autoadministração exercida com independência em relação ao poder central.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Considere que determinada organização pretenda incrementar os fatores motivacionais de sua equipe, utilizando, como base, a Teoria Bifatorial desenvolvida por Herzberg. Nesse contexto, a elevação do salário dos seus colaboradores constituiria um fator

- (A) extrínseco, gerador de satisfação pelo reconhecimento da importância relativa do trabalho.
- (B) de motivação, associado a sentimentos positivos relacionados ao cargo.
- (C) intrínseco, ligado à autorrealização e crescimento profissional.
- (D) de higiene, que previne a insatisfação, mas não é considerado um fator de motivação.
- (E) endógeno, associado à satisfação de necessidades sociais.

32. Existem diversos métodos consagrados para avaliação de desempenho dos colaboradores de uma organização. Alguns métodos são pautados por medidas objetivas com foco no resultado alcançado pelo funcionário, enquanto em outros a avaliação se dá por meio de medidas subjetivas baseadas na percepção do avaliador sobre aspectos do avaliado. O método que constitui exemplo da primeira categoria é:

- (A) Escala gráfica, em que cada fator de desempenho recebe uma avaliação quantitativa.
- (B) Lista de verificação, no qual é utilizado um formulário de dupla entrada com fatores de avaliação previamente definidos e graduados.
- (C) Escolha forçada, baseado na observação e registro de comportamentos considerados extremos, tanto positivos, como negativos.
- (D) Incidentes críticos, no qual se compara pares binários de funcionários, apontando aquele que apresenta o melhor desempenho em situações desafiadoras.
- (E) Avaliação participativa por objetivos, que considera o estabelecimento consensual de objetivos entre gerentes e subordinados.

33. Os conceitos de liderança e a forma de aplicá-los desenvolveram-se ao longo dos anos. No âmbito das teorias relacionadas aos estilos de liderança, também denominadas teorias comportamentais, podemos destacar os estudos da Universidade de Ohio, realizados nos anos 1940, os quais buscaram identificar dimensões independentes do comportamento do líder, entre as quais, a

- I. estrutura de iniciação, correspondente à capacidade do líder em definir e estruturar o próprio papel e o dos liderados em busca dos objetivos, incluindo a organização do trabalho e as metas.
- II. consideração, definida como o ponto no qual o líder possui relacionamentos de trabalho caracterizados pela confiança mútua e pelo respeito por ideias e sentimentos dos funcionários.
- III. grade gerencial, que contempla ênfase na produção, pautada nos resultados obtidos, e ênfase nas pessoas, pautada na satisfação dos subordinados.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) III.
- (E) I e II.

34. Como evolução das iniciativas do Governo Federal para a implementação da qualidade na gestão pública, em 2005, foi implantado o GesPública, que contempla, entre as ferramentas utilizadas,

- (A) Carta de Serviço, que contém os compromissos e os padrões de atendimento estabelecidos pela entidade perante o cidadão.
- (B) padrões de governança, objetivando o aumento da capacidade de formulação e implementação das políticas públicas.
- (C) marco referencial, que delimita o alcance e a natureza das mudanças a serem implementadas.
- (D) Prêmio Nacional de Qualidade, que recompensa iniciativas inovadoras que aumentem a eficiência na prestação dos serviços públicos.
- (E) Matriz SWOT, que identifica as forças e fraquezas da instituição, bem como os desafios e oportunidades para atingir a excelência.

35. Suponha que o Estado pretenda aumentar a prestação de serviços públicos na área da saúde com ampliação da rede e especialização do corpo funcional, ou, noutro diapasão, mediante atuação conjunta com entidades filantrópicas. Uma das formas possíveis para realizar tal mister seria mediante

- (A) delegação, com a criação de uma fundação.
- (B) descentralização, com a criação de uma autarquia.
- (C) descentralização, com a celebração de um contrato de gestão com entidade qualificada.
- (D) delegação, mediante concessão de serviço público a entidade sem fins lucrativos.
- (E) descentralização, com a criação de órgão especializado no âmbito da Administração Direta.

36. Os atos administrativos podem ser vinculados ou discricionários, residindo o cerne da diferenciação entre ambos

- (A) no controle judicial de mérito aplicável apenas aos segundos.
- (B) na obrigatoriedade da motivação existente apenas nos primeiros.
- (C) no controle de legalidade aplicável apenas aos primeiros.
- (D) no juízo de conveniência e oportunidade próprio dos segundos, que constituem o seu mérito.
- (E) na faculdade de revogação atribuída à Administração apenas em relação aos primeiros.

37. A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de valores e crenças que une os membros da organização. Muitos aspectos da cultura organizacional são formais e abertos e outros são de difícil percepção, denominados informais e ocultos, como os ritos.

Em relação aos ritos, considere:

- I. O processo de despedir e substituir um alto executivo corresponde a um rito de degradação.
- II. Seminário para reforçar a identidade social e seu poder de coesão corresponde a um rito de confirmação.
- III. confraternizações, como festas de Natal e comemorações de aniversários dos colaboradores correspondem a ritos de passagem.

Conforme Beyer e Harrison, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) I.



<p>38. Um tema bastante atual é o da governança das entidades integrantes da Administração pública. Naquelas que atuam em regime de competição no mercado, como as sociedades de economia mista, propõem-se a adoção das denominadas boas práticas de governança corporativa, que tem entre seus pilares:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Conformidade às regras ou cumprimento das normas, conhecida pela expressão <i>compliance</i>.II. Prestação de contas e correspondente responsabilização por atos e omissões, denominada <i>accountability</i>.III. Economicidade, buscando o aumento de competitividade e a perenização da instituição.IV. Equidade, objetivando o tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas. <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) II e IV.(B) I e III.(C) I, II e III.(D) I, II e IV.(E) III e IV.	<p>42. Na Administração pública,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) o Gerencialismo Puro é um dos modelos gerenciais, que busca o aumento da participação social a partir da utilização de instrumentos de transparência.(B) a burocracia é caracterizada pelo controle de procedimentos, que alinha os objetivos da organização aos resultados a serem alcançados.(C) o <i>Public Service Orientation</i> é um dos modelos burocráticos, que busca o fortalecimento do controle de procedimentos e da meritocracia.(D) o patrimonialismo é caracterizado pela interpermeabilidade entre os patrimônios público e privados de líderes carismáticos.(E) o <i>Consumerism</i> é um dos modelos gerenciais, que busca a qualidade e a efetividade dos serviços públicos.
<p>39. Os tipos de departamentalização:</p> <ul style="list-style-type: none">I. agrupamento de todas as atividades de educação em uma Secretaria de Educação.II. agrupamento das atividades de recursos humanos em um Departamento de Recursos Humanos.III. agrupamento de algumas atividades de esportes e cultura em uma equipe para a realização de um campeonato.IV. agrupamento de atividades relacionadas aos indígenas em um departamento específico. <p>São classificados, respectivamente, como por</p> <ul style="list-style-type: none">(A) funções, por funções, por projetos e por clientela.(B) serviços, por funções, por projetos e territorial.(C) serviços, por serviços, por processos e por clientela.(D) funções, por funções, por projetos e territorial.(E) serviços, por processos, por processos e por clientela.	<p>43. Quando um Prefeito comete um ato relacionado à indistinção entre os patrimônios público e privado, ele está violando o princípio da</p> <ul style="list-style-type: none">(A) impessoalidade.(B) eficiência.(C) publicidade.(D) moralidade.(E) finalidade.
<p>40. No modelo burocrático de Administração pública, NÃO é uma disfunção</p> <ul style="list-style-type: none">(A) a busca excessiva por resultados.(B) a excessiva especialização.(C) o grande controle de atividades-meio.(D) o excesso de procedimentos.(E) a pouca coordenação.	<p>44. O planejamento de curto prazo com tarefas e atividades específicas refere-se ao</p> <ul style="list-style-type: none">(A) planejamento estratégico.(B) planejamento setorial.(C) mapa estratégico.(D) planejamento operacional.(E) planejamento global. <p>45. Uma Secretaria Municipal de Fazenda elabora o seu planejamento estratégico e define a existência de servidores próprios, concursados e capacitados como sua força. Esse tipo de planejamento estratégico refere-se</p> <ul style="list-style-type: none">(A) à avaliação 360°.(B) à análise SWOT.(C) ao quadro lógico.(D) ao planejamento tático.(E) ao planejamento operacional.
<p>41. Considerando as formas de controle dos modelos burocrático e gerencial de Administração pública, é INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) O controle por procedimentos, característico do modelo burocrático, padroniza as ações dos servidores públicos.(B) O controle por resultados, característico do modelo gerencial, compreende a busca por resultados.(C) O controle social, presente nos modelos burocrático e gerencial, se baseia no aumento da participação social.(D) O controle por procedimentos, característico do modelo burocrático, compreende o cumprimento de normas e regulamentações.(E) O controle por resultados, característico do modelo gerencial, pode aumentar o controle social.	<p>46. A gestão por resultados, na Administração pública brasileira, esteve relacionada com a seguinte mudança institucional e/ou legal:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) descentralização das políticas sociais.(B) criação da burocracia.(C) criação do Departamento Administrativo do Serviço Público.(D) criação das Organizações Sociais.(E) expansão da Administração Indireta. <p>47. Na avaliação de um programa de transferência de renda, é considerado o número de famílias que saíram da pobreza como um indicador de impacto, que se refere a</p> <ul style="list-style-type: none">(A) <i>accountability</i>.(B) eficácia.(C) eficiência.(D) economicidade.(E) efetividade.



<p>48. Há três tipos de transações no governo eletrônico. É um exemplo de <i>government to government</i>:</p> <p>(A) Sistema de Convênios – SICONV. (B) Matrícula escolar informatizada. (C) Sistema de registro de Boletins de Ocorrência. (D) Divulgação de editais de compras públicas. (E) Receitanet.</p>	<p>52. Considere os itens abaixo.</p> <p>I. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. II. Relatório de Gestão Fiscal. III. Anexo de Riscos Fiscais.</p> <p>Todo órgão público possui um controle interno para a verificação da execução do orçamento. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, há determinação legal para que o responsável pelo controle interno assine o documento constante em</p> <p>(A) I e III, apenas. (B) II, apenas. (C) III, apenas. (D) I e II, apenas. (E) I, II e III.</p>
<p>49. A Constituição Federal, no que se refere à elaboração dos orçamentos, estabelece:</p> <p>I. diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes. II. metas e prioridades da Administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente.</p> <p>Essas determinações correspondem</p> <p>(A) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, respectivamente. (B) à Lei Orçamentária Anual, em ambos os casos. (C) à Lei Orçamentária Anual e ao Plano Plurianual, respectivamente. (D) ao Plano Plurianual, em ambos os casos. (E) à Lei de Diretrizes Orçamentárias, em ambos os casos.</p>	<p>53. A Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à receita e à despesa pública, estabelece:</p> <p>(A) Não há impedimento legal para que o montante previsto para as receitas de operação de crédito superem o das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (B) É despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício. (C) As despesas relativas a incentivos à demissão voluntária são computadas na verificação do atendimento dos limites de gastos com pessoal. (D) Configura renúncia de receita o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança. (E) Concessão de isenção em caráter não geral é modalidade de renúncia de receita.</p>
<p>50. Considere os itens abaixo.</p> <p>I. Autorização para abertura de créditos suplementares. II. Autorização para contratação de operações de crédito. III. Autorização para contratação de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.</p> <p>Em atendimento ao princípio orçamentário da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa. É exceção legal a essa regra o que consta em</p> <p>(A) I, apenas. (B) II e III, apenas. (C) I, II e III. (D) I e II, apenas. (E) III, apenas.</p>	<p>54. Considere os itens abaixo.</p> <p>I. Prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. II. Cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. III. Obediência a limites relativos a gastos com pessoal e endividamento.</p> <p>Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, são princípios da gestão fiscal responsável o que consta em</p> <p>(A) I e III, apenas. (B) I e II, apenas. (C) II e III, apenas. (D) I, II e III. (E) II, apenas.</p>
<p>51. Uma das inovações trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal foi o Anexo de Metas Fiscais, cujo conteúdo deve prever, por exemplo, avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no ano anterior, o que contribui para o aprimoramento do planejamento público. Esse documento integra</p> <p>(A) a Lei Orçamentária Anual, apenas. (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, apenas. (C) o Plano Plurianual, apenas. (D) a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, apenas. (E) a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.</p>	



55. As contratações de obras, serviços, compras e alienações levadas a efeito pela Administração pública, conforme determina a Constituição Federal, devem, como regra, ser precedidas de processo de licitação pública. Nos termos do que estabelece a Lei Geral de Licitações, o procedimento licitatório destina-se a garantir a
- (A) melhor contratação para a Administração, considerada aquela de menor preço, independentemente da observância do princípio constitucional da isonomia, isso em razão da positivação dos princípios da eficiência e da economicidade.
 - (B) melhor contratação para a Administração, considerada aquela de menor custo e melhor técnica, independentemente da observância do princípio constitucional da isonomia, isso em razão da positivação do princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
 - (C) seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, com a observância do princípio constitucional da isonomia, devendo, ainda, ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios constitucionais básicos regedores do agir administrativo e com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.
 - (D) seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, o que pode implicar a não observância do princípio constitucional da isonomia, bem como a desobrigação de seu processamento em conformidade com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.
 - (E) melhor contratação para a Administração, considerada aquela de menor preço, independentemente da qualidade dos produtos e serviços, isso em razão do princípio que veda a preferência de marcas.
-
56. A modalidade licitatória denominada pregão, que é disciplinada, no âmbito da União, pelo Decreto nº 3.555/2000, destina-se à aquisição de bens e serviços
- (A) comuns, cujo valor estimado seja de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), e o critério de julgamento seja o de menor preço, sendo vedado o estabelecimento de prazos máximos para fornecimento e parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade.
 - (B) de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, desde que padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado e o valor estimado da contratação seja de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
 - (C) cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, qualquer que seja o valor estimado da contratação, razão porque é vedada a sua utilização para contratação de bens e serviços de informática e automação.
 - (D) comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, e à contratação de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, cujo valor estimado da contratação, nestes casos, seja de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
 - (E) cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, qualquer que seja o valor estimado da contratação, sendo vedada sua utilização para contratação de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.
-
57. As compras e contratações processadas por meio do sistema de registro de preços, a que se refere o artigo 15, I I, da Lei nº 8.666/1993,
- (A) poderão adotar a modalidade licitatória pregão a que se refere a Lei nº 10.520/2000, independentemente do valor estimado da contratação, desde que o cadastro de produtos e fornecedores diga respeito a bens e serviços comuns.
 - (B) não poderão adotar a modalidade licitatória pregão a que se refere a Lei nº 10.520/2000, que se destina às contratações cujo valor estimado não supere R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
 - (C) poderão adotar a modalidade licitatória pregão a que se refere a Lei nº 10.520/2000, independentemente do valor estimado da contratação e da natureza dos bens e serviços cujos preços serão registrados.
 - (D) devem adotar a modalidade licitatória concorrência, a que se refere o artigo 22, I, da Lei nº 8.666/1993, não sendo viável a utilização de outras modalidades licitatórias, em razão de sua natureza jurídica de contrato normativo.
 - (E) prescindem de licitação para sua formalização, uma vez que o sistema de registro de preços implica hipótese de inexigibilidade de licitação, pautada na ausência de competição.



58. A Lei nº 8.666/1993 consagra a possibilidade de autotutela dos atos administrativos. A análise sistemática das disposições normativas que disciplinam os institutos da revogação e da anulação do procedimento licitatório autoriza a conclusão segundo a qual
- (A) é vedado o desfazimento do procedimento licitatório após a publicação do edital, por razões de interesse público, sendo possível, tão somente, à Administração, a anulação do certame por motivo de ilegalidade.
 - (B) o desfazimento do procedimento licitatório, pautado em razões de conveniência e oportunidade ou por ilegalidade, prescinde de procedimentalização e da garantia do contraditório e da ampla defesa.
 - (C) a anulação do procedimento licitatório por motivo de legalidade gera obrigação de indenizar, mesmo que o vício seja imputável ao licitante, o que não se aplica às hipóteses de revogação, onde não há o dever de indenizar.
 - (D) à Administração é possibilitado revogar a licitação, desde que estejam presentes razões de interesse público decorrentes de comprovado fato superveniente, pertinente e suficiente para justificar a medida, podendo o certame ser anulado por vício de legalidade.
 - (E) a revogação somente é viável antes da homologação do certame, porque não supõe vício, mas mero juízo de conveniência e oportunidade, sendo viável, após a homologação, tão somente o desfazimento do certame por razão de legalidade.
-
59. Considerando as contratações disciplinadas pela Lei nº 8.666/1993, a inexecução total ou parcial, pelo contratado, do objeto do ajuste ensejará à Administração a possibilidade de
- (A) aplicar ao contratado a sanção de advertência e de multa, que não precisam estar previstas no instrumento convocatório ou no contrato, por cuidarem-se de sanções leves, aplicáveis para infrações de menor potencial ofensivo.
 - (B) rescindir o ajuste, hipótese em que não poderá aplicar sanção de outra natureza, porque a lei exige, para tanto, que o contrato seja mantido até que o prazo final de vigência pactuado se ultime.
 - (C) rescindir o contrato, sem prejuízo das multas nele previstas e no edital, bem como das demais cominações legais, desde que o ato administrativo seja motivado e garanta-se defesa prévia ao contratado.
 - (D) aplicar uma das sanções previstas em lei, quais sejam, advertência, declaração de inidoneidade e suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, sanções que não podem ser aplicadas juntamente com a multa prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
 - (E) aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pública pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.
-
60. A Administração pública, para atender necessidade específica de museu administrado pela Secretaria da Cultura, precisa contratar determinado pintor modernista, de renome, consagrado pela crítica especializada e também pela opinião pública, para execução de painel que passará a compor o acervo do respectivo equipamento público. Considerando os princípios que disciplinam o agir administrativo e o disposto na Lei nº 8.666/1993, para a referida contratação, a Administração
- (A) deverá realizar previamente procedimento licitatório, na modalidade concorrência, sendo obrigatório que da comissão de licitação participe crítico de arte, considerando que o critério de adjudicação necessariamente será o de melhor técnica.
 - (B) poderá contratar o profissional diretamente ou por meio de empresário exclusivo, sem a necessidade de realizar prévia licitação, por se tratar de hipótese de inexigibilidade de licitação, admitida por lei, devendo, no entanto, necessariamente, justificar a situação à autoridade superior para ratificação no prazo de 3 dias.
 - (C) deverá realizar procedimento licitatório, na modalidade concurso, sendo obrigatório que da comissão de licitação participe crítico de arte, considerando que o critério de adjudicação necessariamente será o de melhor conteúdo artístico, para que seja selecionada a melhor proposta para a futura execução.
 - (D) poderá contratar o profissional diretamente ou por meio de empresário exclusivo, sem a necessidade de realizar prévia licitação, por se tratar de hipótese de dispensa de licitação, admitida por lei.
 - (E) poderá contratar o profissional diretamente ou por meio de empresário exclusivo, sem a necessidade de realizar prévia licitação, por se tratar de hipótese de inexigibilidade de licitação, admitida por lei, não havendo necessidade de justificar a situação à autoridade superior, por se tratar de juízo de conveniência e oportunidade, não sujeito a controle interno, fundamentado na hierarquia.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo 9, itens:

"9.6. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 9.7. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.8. Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva-Redação.

I

Grande parte da população abdica das mais diversas ocupações para ver televisão, considerando legítima sua inatividade como espectador.

II

Ver televisão hoje é um modo de se emocionar imediatamente numa sociedade que perdeu de vista o cuidado com sua própria sensibilidade, em função da avalanche de imagens que invade o cotidiano.

III

É possível que pensar na própria vida seja equivalente ao desejo de devassar a vida alheia através dos programas televisivos.

(Baseado em: TIBURI, Marcia, disponível em: <http://www.marciatiburi.com.br/artigos.htm>. Acesso em 15/11/15)

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo justificando amplamente seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	